

IFGF 2016

ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL

Ano-Base 2015

RECORTE MUNICIPAL
ABRANGÊNCIA NACIONAL

Julho de 2016



www.firjan.com.br

Sistema
FIRJAN



INFORMA, FORMA, TRANSFORMA.

IFGF 2016

ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL

Ano-Base 2015

RECORTE MUNICIPAL
ABRANGÊNCIA NACIONAL

Julho de 2016

Sistema FIRJAN

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

PRESIDENTE Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO (INTERINO)/ DIRETOR EXECUTIVO
DE RELAÇÕES COM ASSOCIADOS Ricardo Carvalho Maia

SUPERINTENDENTE DO SESI-RJ/ DIRETOR REGIONAL DO SENAI-RJ/
DIRETOR EXECUTIVO DE OPERAÇÕES Alexandre dos Reis

Diretoria de Desenvolvimento Econômico

DIRETORA Luciana Costa M. de Sá

GERENTE DE ESTUDOS ECONÔMICOS Guilherme Mercês

Equipe Técnica

Anna Carolina Gaspar

Carolina Lopes Neder

Ihorana Cuco

Jonathas Goulart

Julia Pestana

Marcio Afonso

Nayara Freire

Raphael Fernandes

Raphael Veríssimo

William Figueiredo

PROJETO GRÁFICO

GERENTE GERAL DE COMUNICAÇÃO Daniela Araújo Lins Teixeira

GERENTE DE COMUNICAÇÃO DE MARKETING Ingrid Buckmann
Cardoso de Mello

Equipe Técnica

Paulo Quintão

Vanessa Raposeiro

www.firjan.com.br/IFGF

Av. Graça Aranha, 1, 10º andar - Centro, Rio de Janeiro
economia@firjan.org.br

Sistema
FIRJAN



INFORMA, FORMA, TRANSFORMA.

SUMÁRIO

Resumo Executivo	4
O Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF)	7
Base de Dados	9
Panorama Geral	9
IFGF Receita Própria	11
IFGF Gastos com Pessoal	13
IFGF Investimentos	14
IFGF Custo da Dívida	16
IFGF Liquidez	17
Maiores e Menores	19
Capitais	21

RESUMO EXECUTIVO

O problema fiscal brasileiro não é exclusivo do governo federal, muito pelo contrário. Estados e municípios estão à beira da insolvência, tendo como agravante o fato de que centenas deles já estão descumprindo os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ou seja, além dos riscos fiscais, há riscos político-institucionais. Nesse contexto, o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) apresenta um panorama completo e inédito da situação fiscal dos milhares de municípios brasileiros, com base em dados de 2015.

O índice é composto por cinco indicadores: *Receita Própria*, *Gastos com Pessoal*, *Investimentos*, *Liquidez* e *Custo da Dívida*. A leitura dos resultados é bastante simples: a pontuação varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, melhor a situação fiscal do município no ano em observação. Outra importante característica do IFGF é que sua metodologia permite tanto comparação relativa quanto absoluta, isto é, o índice não se restringe a uma fotografia anual, podendo ser comparado ao longo dos anos.

O IFGF utiliza-se exclusivamente de estatísticas oficiais declaradas pelos próprios municípios à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), de acordo com o estabelecido pela LRF. A despeito da determinação legal, até o dia 12 de julho de 2016, dados de 880 municípios não estavam disponíveis ou apresentavam inconsistências que impediram a análise. Esse número representa 15,8% das 5.568 prefeituras brasileiras e é o maior observado desde o início da série histórica do IFGF, em 2006. Sendo assim, o IFGF 2015 avaliou a situação fiscal de 4.688 municípios, onde vivem 180.124.602 pessoas – 89,4% da população brasileira.

A seguir, os principais resultados do IFGF:

- Em 2015, a situação das contas públicas municipais piorou muito, sendo a pior em mais de dez anos. Com efeito, o *IFGF Brasil*¹ atingiu seu menor nível desde 2006, com 87,4% (4.097) dos 4.688 municípios analisados em situação fiscal difícil ou crítica (conceitos C e D no IFGF). Apenas 12,1% das cidades brasileiras (568) apresentaram boa situação fiscal (conceito B), e tão somente 23 (0,5%) apresentaram excelente gestão fiscal (conceito A). Em resumo, 2015 foi o ano com o maior percentual de prefeituras em situação fiscal crítica e com o menor número em situação boa e excelente.
- Os dados de 2015 mostraram que a forte queda das receitas, sobretudo das receitas de transferências estaduais e federais, não foi acompanhada pela redução dos gastos com pessoal. Com isso, as despesas com o funcionalismo municipal passaram a consumir uma parcela ainda maior dos orçamentos, sacralizando uma forte redução dos investimentos. Além disso, as prefeituras recorreram como nunca à inscrição de restos a pagar como variável de ajuste das contas.
- A análise dos indicadores do IFGF ilustra perfeitamente esse diagnóstico. O *IFGF Receita Própria* seguiu como o indicador com menor nota (0,2531 pontos), ratificando a elevada dependência dos municípios quanto às transferências estaduais e federais. Ao mesmo tempo, o *IFGF Gastos com Pessoal* atingiu seu pior resultado (0,4743 pontos, ante 0,6663 em 2007), o que significa que os municípios nunca tiveram seus orçamentos tão comprometidos com o pagamento de despesas com o funcionalismo público. Esse cenário refletiu-se tanto sobre o *IFGF Investimentos* (0,4278), quanto sobre o *IFGF Liquidez* (0,4429). Após atingirem elevados patamares em 2011, em 2015 recuaram ao menor nível em nove anos, confirmando o corte de investimentos e o uso de restos a pagar como os principais instrumentos de ajuste fiscal das

¹ O *IFGF Brasil* é a média aritmética simples do IFGF consolidado dos 4.688 municípios analisados nesta edição do indicador.

prefeituras. Por fim, o resultado do *IFGF Custo da Dívida* (0,8358) mostrou que a dívida com a União não é um problema para a maioria das prefeituras, diferentemente do observado para os estados.

- O *IFGF Receita Própria* manteve-se como o mais baixo dentre os cinco indicadores analisados, com 0,2531 pontos. A maioria dos municípios brasileiros (92,5%) foi avaliada com conceitos C ou D no *IFGF Receita Própria*. Isso significa que 4.335 prefeituras analisadas não foram capazes de gerar nem 30% de suas receitas; apenas 216 (4,6%) geraram mais de 30% (conceito B no *IFGF Receita Própria*) e somente 137 (2,9%) mais de 40% (conceito A). Apesar da queda das receitas totais, o pequeno crescimento do indicador frente ao ano anterior reflete a queda mais intensa das receitas de transferências, o que resultou em maior participação das receitas próprias no orçamento das prefeituras.
- O *IFGF Gastos com Pessoal* revelou que cada vez mais municípios ultrapassam o teto de 60% da receita corrente líquida (RCL) estabelecido em lei para as despesas com o funcionalismo público: em 2015 foram 740 prefeituras (15,8%). Para efeito de comparação, em 2007 apenas 115 municípios estavam nessa situação. Entre 2007 e 2015, a proporção da RCL consumida por essas despesas passou de 46,3% para 54,1%, ou seja, o gasto com funcionalismo cresceu mais do que a receita e abocanhou quase 10 pontos percentuais a mais do orçamento das prefeituras em apenas oito anos. Dessa forma, o *IFGF Gastos com Pessoal* atingiu seu menor patamar desde o início da série histórica ao marcar 0,4743 pontos. De fato, ano após ano mais cidades caminham para o terreno de alerta. As prefeituras com conceito C no indicador, que consomem entre 50% e 60% da sua RCL com gastos com pessoal, chegaram a 2.684 (57,3%). Mantido o padrão da última década, nos próximos cinco anos mais de mil prefeituras romperão o limite estabelecido pela LRF.
- O corte dos investimentos foi intenso e generalizado: 3.043 (64,9%) cidades investiram menos do que em 2014. Com isso, o percentual médio investido pelas prefeituras brasileiras foi de apenas 9,0% da RCL, bem abaixo da média histórica de 11,7% e do pico atingido em 2012 (14,2%). O *IFGF Investimentos* mostrou que mais da metade (2.549, 54,4%) das prefeituras brasileiras não investiu sequer 8% de sua RCL e, portanto, ganhou conceito D no *IFGF Investimentos*. Apenas 10,9% das prefeituras (513) ficaram com conceito A por investirem mais de 16% de sua RCL. Dessa forma, o *IFGF Investimentos* recuou a 0,4278 pontos, o menor valor desde 2006. Ao todo, os municípios deixaram de investir R\$ 11,4 bilhões.
- O *IFGF Liquidez* mostrou que cada vez mais as prefeituras têm utilizado o artifício de postergação de despesas via restos a pagar como forma de financiamento. Em média, as prefeituras viraram 2015 com 57,9% do caixa comprometido com despesas do exercício anterior, praticamente o dobro do observado em 2007 (30,4%). Dessa forma, o *IFGF Liquidez* atingiu 0,4429 pontos, o menor valor desde 2006. A proporção de cidades com conceito D alcançou 30,9% em 2015, o que significa que 1.450 cidades encerraram 2015 sem recursos em caixa para cobrir os restos a pagar no ano seguinte, recebendo nota zero no *IFGF Liquidez*² – dentre elas, seis são capitais: Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Campo Grande (MS), Florianópolis (SC), Goiânia (GO) e Teresina (PI). Além disso, 38,0% das prefeituras (1.783) ficaram com conceito C. Consequentemente, o percentual de prefeituras bem avaliadas neste indicador recuou: 31,0% das cidades receberam conceitos A ou B, o menor percentual desde 2007.
- As prefeituras brasileiras continuaram bem avaliadas no *IFGF Custo da Dívida* que, apesar de ter apresentado leve recuo frente a 2014, manteve-se como o melhor dos indicadores acompanhados (0,8358).

² Para o cálculo do índice, convencionou-se que caso o município apresente mais restos a pagar do que disponibilidades em caixa sua pontuação será zero. Apesar de essa condição ser mandatória apenas em anos de transição de governo (art. 42 da LRF), iniciar um ano com mais dívidas com fornecedores do que recursos em caixa é um problema que afeta a gerência financeira e a credibilidade do município. Na leitura dos resultados, quanto mais próximo de 1,00, menos o município está postergando pagamentos para o exercício seguinte sem a devida cobertura.

pontos). De fato, a dificuldade com o pagamento de juros e amortizações está concentrada em poucos municípios, especialmente os maiores. Prova disso é que 3.779 municípios sequer declararam possuir Dívida Consolidada Líquida. Dessa forma, 68,6% dos municípios brasileiros (3.214) receberam conceito A e 1.173 (25,0%) conceito B nesse indicador. Destoaram desses resultados 250 (5,3%) cidades avaliadas com conceito C e 51 (1,1%) com conceito D – neste grupo chamaram a atenção as capitais São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG) e Maceió (AL).

- A análise comparativa dos maiores e menores IFGFs do país mostra que há um verdadeiro abismo entre os 500 municípios em melhor situação fiscal e os 500 em pior situação. O *IFGF Liquidez* foi a vertente que mais contribuiu para separar o joio do trigo em termos de gestão fiscal. Enquanto 425 dos 500 últimos colocados receberam nota zero no *IFGF Liquidez*, entre os 500 primeiros houve apenas seis cidades nessa situação.
- A forma como os municípios alocam seus recursos entre despesas correntes e investimentos também foi fator determinante para que se situassem no topo ou no final do ranking de gestão fiscal. Entre as 500 cidades mais bem avaliadas, o percentual médio dispendido com a folha de pagamento do funcionalismo público foi de 48% da RCL, em contraste com os 65% observados entre os 500 últimos colocados.
- Naturalmente, a maior rigidez do orçamento decorrente do elevado compromisso com a folha de pagamentos limita os investimentos em melhorias para os cidadãos. Prova disso é que os 500 municípios mais bem colocados investiram, em média, 15% de suas receitas, ao passo que as cidades do extremo oposto do ranking investiram apenas um quarto disso (4%). Dessa forma, enquanto 312 prefeituras do primeiro grupo receberam conceitos A ou B no *IFGF Investimentos*, no segundo, apenas sete cidades superaram os 0,6 pontos.
- Nas capitais, a situação das contas públicas também é a pior dos últimos 10 anos, com o *IFGF Gasto com Pessoal*, o *IFGF Liquidez* e o *IFGF Investimentos* atingindo o valor mais baixo da série histórica iniciada em 2006. O diagnóstico das capitais é semelhante ao dos demais municípios. A queda das receitas correntes confrontou-se com a elevada rigidez dos orçamentos com gastos de pessoal. Com isso, as capitais aumentaram o comprometimento da RCL com a folha de pagamento: em 2015, esse valor chegou a 51,3%, em média. Em 2007, era bem menor: 47,1%.
- Ainda assim, a situação fiscal das capitais é melhor que a dos demais municípios. Enquanto o *IFGF Brasil* apresentou queda de 7,5% na comparação com 2014, o IFGF médio das capitais recuou 4,5%; em nível, ficou 37,3% superior ao nacional: 0,6083 contra 0,4432 pontos. Assim, 2015 foi o ano com o maior número de capitais entre os 100 melhores resultados do país: seis figuraram nesse ranking. Não obstante, nenhuma capital apresentou excelência na gestão fiscal (conceito A no IFGF), e doze registraram gestão fiscal difícil (conceito C no IFGF), o maior número da série histórica.

O ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL (IFGF)

Lançado em 2012, o IFGF jogou luz sobre um tema de grande importância para o país: a forma como os tributos pagos pela sociedade são administrados pelas prefeituras. Desde então, o IFGF vem trazendo mais transparência às contas municipais ao facilitar o entendimento dos dados e informações prestados pelas prefeituras. Através de uma ferramenta simples e disponível para consulta pública, todo cidadão brasileiro agora pode inserir-se na discussão sobre a situação fiscal da sua cidade.

O IFGF busca retratar os desafios da gestão municipal na alocação dos recursos, tendo em vista as restrições orçamentárias com as quais se deparam as prefeituras brasileiras. Pelo lado da receita, a problemática consiste na dependência das transferências intergovernamentais. Pelo lado do gasto, o desafio é a gestão das despesas correntes (principalmente gastos com pessoal e encargos da dívida), uma vez que a rigidez orçamentária decorrente do seu elevado peso no orçamento pode comprometer os recursos programados para outros fins, em especial os investimentos. Por fim, identificou-se que muitas prefeituras postergam despesas via inscrição de restos a pagar, sem cobertura de caixa, como uma forma alternativa de endividamento, gerando, assim, um problema de liquidez.

Com base nessa análise, foram construídos os cinco indicadores que compõem o IFGF, são eles: **Receita Própria, Gastos com Pessoal, Investimentos, Liquidez e Custo da Dívida**. Os quatro primeiros têm peso de 22,5% sobre o resultado agregado. O Custo da Dívida, por sua vez, tem peso de 10%, haja vista o baixo grau de endividamento dos municípios brasileiros. Esse fato reflete a incapacidade da maioria dos municípios em contrair dívida, seja pelas inúmeras restrições às quais estão sujeitos, seja pela falta de garantias frente ao mercado de crédito. Por fim, cabe ressaltar que todos os indicadores estão em conformidade com os parâmetros definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A seguir, a descrição de cada um:

IFGF Receita Própria: mede o total de receitas geradas pelo município, em relação ao total da receita corrente líquida (RCL)³. O índice permite avaliar o grau de dependência das prefeituras no tocante às transferências dos estados e da União.

IFGF Gastos com Pessoal: representa quanto os municípios gastam com pagamento de pessoal, em relação ao total da receita corrente líquida (RCL). Tendo em vista que esse é o gasto com maior participação na despesa total de um município, este indicador mede o grau de rigidez do orçamento, ou seja, o espaço de manobra da prefeitura para execução das políticas públicas, em especial dos investimentos.

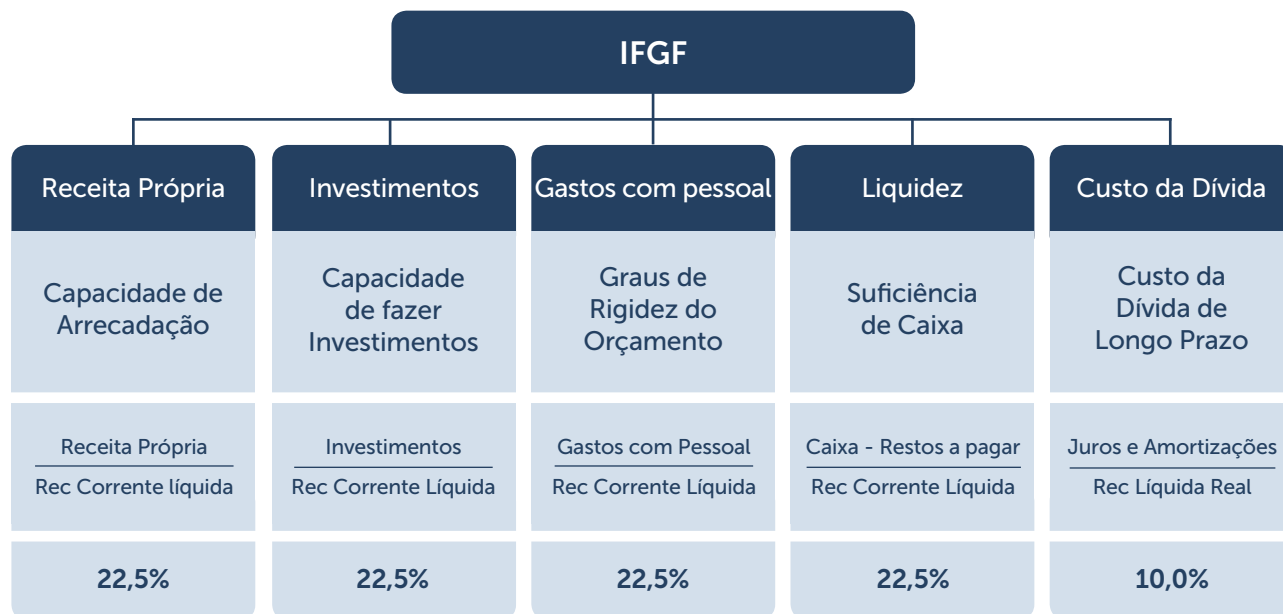
IFGF Investimentos: acompanha o total de investimentos em relação à RCL. Ruas pavimentadas, iluminação pública de qualidade, transporte eficiente, escolas e hospitais bem equipados são exemplos de investimentos municipais capazes de aumentar a produtividade do trabalhador e promover o bem-estar da população.

IFGF Liquidez: verifica se as prefeituras estão deixando em caixa recursos suficientes para honrar os restos a pagar acumulados no ano, medindo a liquidez da prefeitura como proporção das receitas correntes líquidas.

³ Receita Corrente Líquida (RCL) é o conceito constitucional utilizado para o cálculo dos limites orçamentários. É o total das receitas orçamentárias municipais deduzidas as contribuições dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira dos diversos regimes de previdência social.

IFGF Custo da Dívida: corresponde às despesas de juros e amortizações, em relação ao total das receitas líquidas reais⁴ (RLR). O índice avalia o comprometimento do orçamento com o pagamento de juros e amortizações de empréstimos contraídos em exercícios anteriores.

Abaixo, quadro-resumo dos indicadores que compõem o cálculo do Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF).



A leitura dos resultados, por indicador ou do índice geral, é bastante simples: **a pontuação varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, melhor a gestão fiscal do município** no ano em observação. Com o objetivo de estabelecer valores de referência que facilitem a análise, foram convencionados quatro conceitos para o IFGF:

- **Conceito A (Gestão de Excelência)** ► resultados superiores a 0,8 pontos.
- **Conceito B (Boa Gestão)** ► resultados compreendidos entre 0,6 e 0,8 pontos.
- **Conceito C (Gestão em Dificuldade)** ► resultados compreendidos entre 0,4 e 0,6 pontos.
- **Conceito D (Gestão Crítica)** ► resultados inferiores a 0,4 pontos.

Outra importante característica do IFGF é que sua metodologia permite tanto comparação relativa quanto absoluta, isto é, o índice não se restringe a uma fotografia anual, podendo ser comparado ao longo dos anos. Dessa forma, é possível especificar com precisão se uma melhoria relativa de posição em um ranking deveu-se a fatores específicos de um determinado município ou à piora relativa dos demais.

⁴ A Receita Líquida Real (RLR) é utilizada para apurar o limite de pagamento da dívida de Estados e Municípios renegociada com o Tesouro Nacional e para o cálculo da relação Dívida Financeira / Receita Líquida Real. Para os municípios, o conceito de RLR exclui do total de receitas as receitas provenientes de operações de crédito, de alienação de bens, de transferências voluntárias ou de doações recebidas com o fim específico de atender despesas de capital.

Base de Dados

Nesta edição, o **Índice FIRJAN de Gestão Fiscal** faz referência ao ano de 2015 e traz comparações com os anos anteriores da série, iniciada em 2006. O índice é inteiramente construído com base nos resultados fiscais declarados pelas próprias prefeituras, informações oficiais disponibilizadas anualmente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) por meio dos arquivos “Finanças do Brasil”, conhecido como Finbra.

A LRF, em seu artigo 51, determina que até 30 de abril do ano seguinte os municípios devem encaminhar suas contas para a STN, que tem 60 dias para disponibilizá-las ao público. A despeito disso, até o dia 12 de julho de 2016, dados de 880 municípios não estavam disponíveis ou apresentavam inconsistências que impediram a análise⁵. Esse número representa 15,8% das 5.568 prefeituras brasileiras e é o maior observado desde o início da publicação do estudo. Nenhum estado possuía dados disponíveis para todas as prefeituras em 2015, com destaque para Amapá, Pará e Acre, onde menos da metade das prefeituras declararam suas informações. Sendo assim, o IFGF 2015 avaliou 4.688 municípios, onde vivem 180.124.602 pessoas – 89,4% da população brasileira.

O Finbra 2015 é o primeiro em que todos os municípios declararam suas informações com base no novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Esse novo plano de contas, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional, tem como objetivo uniformizar as práticas contábeis de forma a adequá-las aos dispositivos legais vigentes, às normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e aos padrões internacionais de contabilidade do setor público. Dessa forma, permite a consolidação das Contas Públicas Nacionais, conforme determinação da LRF.

Panorama Geral

**Pior situação fiscal dos últimos 10 anos:
87% dos municípios brasileiros estão em situação fiscal difícil ou crítica.**

Em 2015, a situação das contas públicas municipais piorou muito, sendo a pior em mais de dez anos. Com efeito, o *IFGF Brasil*⁶ atingiu seu menor nível desde 2006, com 87,4% (4.097) dos 4.688 municípios analisados em situação fiscal difícil ou crítica (conceitos C e D no IFGF). Apenas 12,1% das cidades brasileiras (568) apresentaram boa situação fiscal (conceito B), e tão somente 23 (0,5%) apresentaram excelente gestão fiscal (conceito A). Em resumo, 2015 foi o ano com maior percentual de prefeituras em situação fiscal crítica e com o menor número em situação boa e excelente. Os gráficos abaixo ilustram esses resultados.

⁵ O Anexo Metodológico lista os 880 municípios onde não foi possível a realização desta análise por falta dos dados oficiais. Segundo o Art.51 da LRF, o prazo para declaração das contas públicas municipais junto ao STN é até abril do ano seguinte ao exercício, portanto 30 de abril de 2016. A data de 12 de julho de 2016 foi considerada para encerrar a coleta de dados para esta edição do IFGF.

⁶ O *IFGF Brasil* é a média aritmética simples do IFGF consolidado dos 4.688 municípios analisados nesta edição do indicador.

Gráfico 1: Evolução do IFGF Brasil

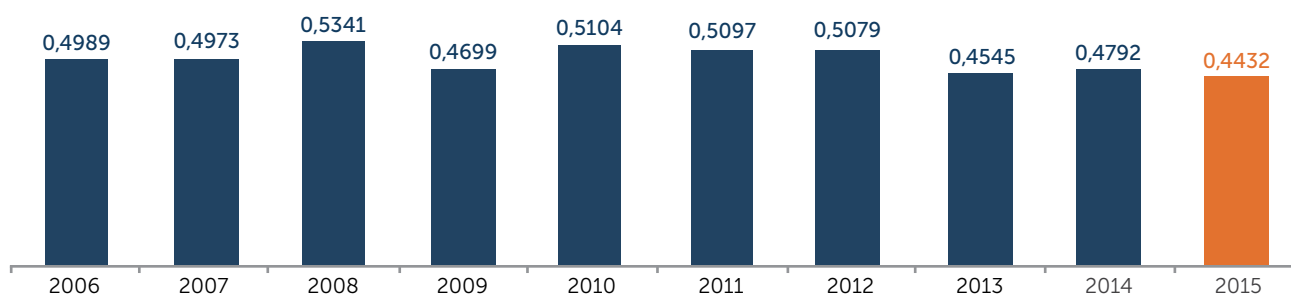
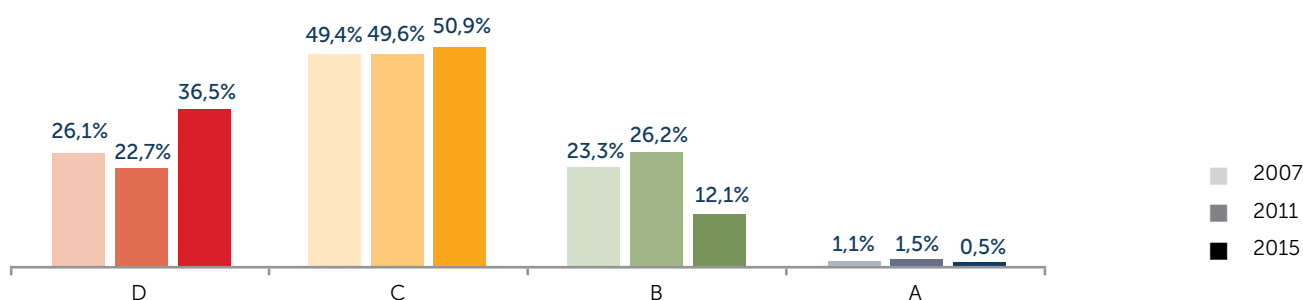


Gráfico 2: Distribuição dos municípios por conceito do IFGF 2016



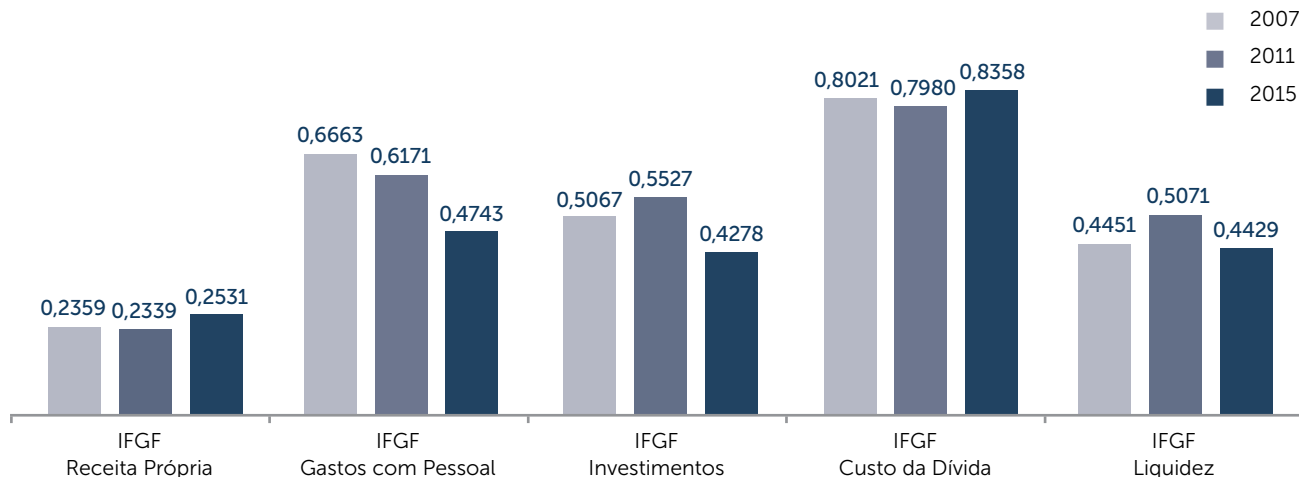
O problema das contas públicas municipais é estrutural e semelhante ao enfrentado pelos governos federal e estadual. Está relacionado ao elevado comprometimento dos orçamentos com gastos obrigatórios (especialmente pessoal), o que em momentos de queda na receita traduz-se em elevados déficits. A verdade é que há pouca margem de manobra para adequar as despesas à capacidade de arrecadação, deixando as contas públicas extremamente expostas à conjuntura econômica. No caso dos municípios, a crônica dependência das transferências é um agravante.

Os dados de 2015 mostraram que a redução dos gastos com pessoal não acompanhou a forte queda das receitas, sobretudo das receitas de transferências estaduais e federais. Com isso, as despesas com o funcionalismo passaram a consumir uma parcela ainda maior dos orçamentos municipais, sacramentando um forte corte dos investimentos. Além disso, as prefeituras recorreram como nunca à inscrição de restos a pagar como variável de ajuste das contas, em detrimento da contratação de dívida de longo prazo.

A análise dos indicadores do IFGF ilustra perfeitamente esse diagnóstico. O *IFGF Receita Própria* seguiu como o indicador com menor nota (0,2531 pontos), ratificando a crônica dependência dos municípios quanto às transferências estaduais e federais. Ao mesmo tempo, o *IFGF Gastos com Pessoal* atingiu seu pior resultado (0,4743 pontos, ante 0,6663 em 2007), o que significa que os municípios nunca tiveram seus orçamentos tão comprometidos com o pagamento de despesas com o funcionalismo público. Esse cenário refletiu-se tanto sobre o *IFGF Investimentos* (0,4278), quanto sobre o *IFGF Liquidez* (0,4429). Após atingirem elevados patamares em 2011, em 2015 recuaram ao menor nível em nove anos, confirmando o corte de investimentos e o uso de restos a pagar como os principais instrumentos de ajuste fiscal das prefeituras. Por fim, o resultado do *IFGF Custo da Dívida* (0,8358) mostrou que a dívida com a União não é um problema para a maioria das prefeituras. Abaixo, o gráfico apresenta a evolução dos indicadores do IFGF para os anos de 2007, 2011 e

2015⁷, igualmente terceiros anos de governo. Na sequência, a análise detalhada dos indicadores de gestão fiscal está disposta obedecendo a seguinte ordem: origem dos recursos (*IFGF Receita Própria*), destino dos recursos (*IFGF Gastos com Pessoal*, *IFGF Investimentos* e *IFGF Custo da Dívida*) e, por fim, a disponibilidade de caixa para cobrir as obrigações de curto prazo (*IFGF Liquidez*).

Gráfico 3: Indicadores de Gestão Fiscal



IFGF Receita Própria

Mede o total de receitas geradas pelo município, em relação ao total da Receita Corrente Líquida. Tem como objetivo avaliar o grau de dependência das prefeituras no tocante às transferências intergovernamentais.

A dependência dos recursos transferidos pelo governo federal e estados continua sendo um problema crônico para os municípios brasileiros. Em média, apenas 12,7% das receitas municipais são recursos próprios,⁷ sendo todo o restante proveniente de transferências dos estados e do governo federal. Ou seja, a maioria dos municípios não tem margem de manobra para fazer frente à queda das receitas de transferências, ficando totalmente à mercê da conjuntura econômica e política. Em 2015, apesar de uma redução real média de 6,7%⁸ nas receitas das prefeituras frente a 2014, a queda das transferências aumentou a participação das receitas próprias no orçamento das prefeituras. Nesse ponto, vale destacar que as transferências de capital e de convênios, recursos da União e dos estados destinados às prefeituras para a execução de investimentos, registraram em conjunto queda real de 22,5% no período.

⁷ A escolha por esses anos, que se referem ao terceiro ano de mandato das prefeituras, pretende evitar que as comparações com anos anteriores sejam prejudicadas pela sazonalidade do ciclo político municipal.

⁸ Em termos reais (IPCA/IBGE), as receitas próprias ficaram praticamente estáveis, enquanto a receita de transferências caiu 7,1% em relação a 2014.

Dependência crônica: 81% dos municípios não geram nem 20% de suas receitas.

Dessa forma, o *IFGF Receita Própria* registrou crescimento, refletindo, ainda que discretamente, a maior participação das receitas próprias no orçamento das prefeituras. Apesar disso, o indicador manteve-se como o mais baixo dentre os cinco analisados, com 0,2531 pontos. A maioria dos municípios brasileiros (92,5%) foi avaliada com conceitos C ou D no *IFGF Receita Própria*. Isso significa que 4.335 prefeituras analisadas não foram capazes de gerar nem 30% de suas receitas; apenas 216 (4,6%) geraram mais de 30% (conceito B no *IFGF Receita Própria*) e somente 137 (2,9%) mais de 40% (conceito A). Os gráficos abaixo mostram a evolução dos resultados do *IFGF Receita Própria*.

Gráfico 4: Evolução do *IFGF Receita Própria*

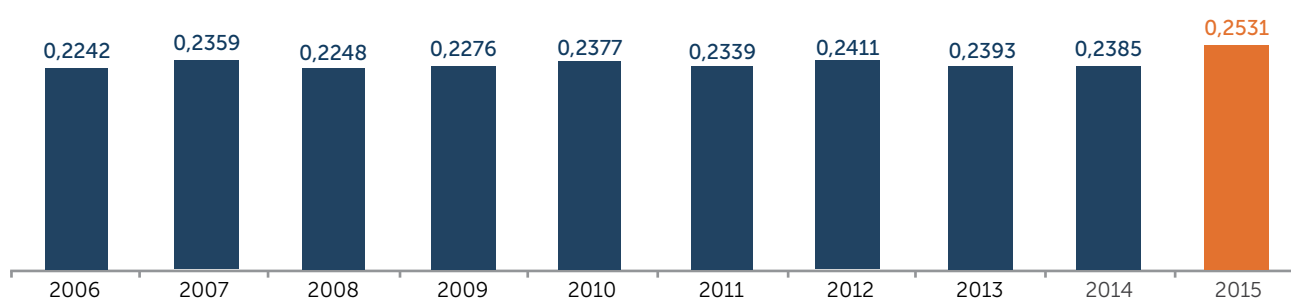
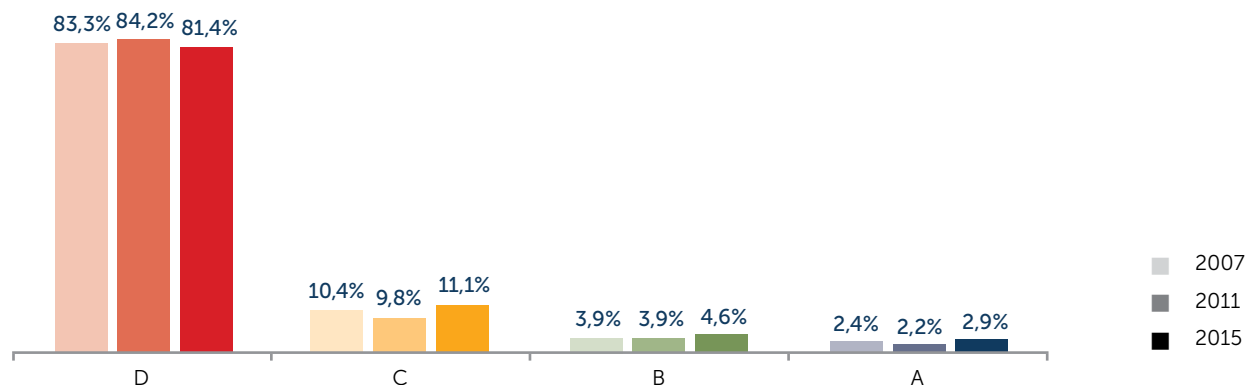


Gráfico 5: Distribuição dos municípios por conceito do *IFGF Receita Própria*



IFGF Gastos com Pessoal

Representa quanto os municípios gastam com pagamento de pessoal, em relação ao total da Receita Corrente Líquida. O índice mede o espaço de manobra das prefeituras para execução das políticas públicas, em especial dos investimentos.

O gasto com pessoal é o principal elemento do orçamento das prefeituras brasileiras. Devido ao seu caráter rígido, o comprometimento excessivo das receitas municipais com essa despesa deve ser evitado, uma vez que implica na redução dos recursos destinados para outros fins, afetando as políticas públicas⁹. Por isso, a LRF estabeleceu um limite prudencial e um teto para essas despesas: 57% e 60%, respectivamente.

Contudo, na contramão dessa recomendação, as despesas com funcionalismo público têm comprometido uma parcela cada vez maior dos orçamentos municipais. Entre 2007 e 2015, a proporção da RCL consumida por essas despesas nos municípios brasileiros passou de 45,0% para 54,1%, ou seja, o gasto com funcionalismo cresceu mais que a receita e abocanhou quase 10 pontos percentuais a mais do orçamento das prefeituras em apenas oito anos. Dessa forma, o *IFGF Gastos com Pessoal* atingiu seu menor patamar desde o início da série histórica ao marcar 0,4743 pontos. Em 2015, os gastos com pessoal não acompanharam a queda das receitas.

740 prefeituras ultrapassaram o limite de 60% da RCL para gasto com pessoal imposto pela LRF.

Nessa dinâmica preocupante, cada vez mais municípios ultrapassam o teto de 60% da RCL estabelecido em lei para as despesas com o funcionalismo público: em 2015 foram 740 (15,8%). Por apresentarem valores acima do limite legal, essas cidades receberam nota zero e conceito D no *IFGF Gastos com Pessoal*. Para efeito de comparação, em 2007 apenas 115 municípios ficaram fora da lei por ultrapassarem o limite para gasto com pessoal. De fato, ano após ano mais cidades caminham para o terreno de alerta. As prefeituras com conceito C no indicador, que consomem entre 50% e 60% da sua RCL com gastos com pessoal, chegaram a 2.684 (57,3%). Consequentemente, o percentual de prefeituras com conceitos A ou B no *IFGF Gasto com Pessoal* chegou a 27,0%, o menor percentual da série. Os gráficos abaixo mostram a evolução dos resultados do *IFGF Gasto com Pessoal*, para o qual a tendência de piora é evidente.

Essa dinâmica é realmente preocupante. Mantido o padrão da última década, nos próximos cinco anos o gasto com pessoal médio dos municípios atingirá o teto da LRF (60% da RCL), o que significaria que quase mil prefeituras estariam descumprindo a LRF.

⁹ Com o objetivo de evitar a rigidez orçamentária e garantir espaço para alocação de outras despesas, em 2000, a LRF limitou os gastos com pessoal em até 60% da RCL. Além disso, o artigo 22 dessa mesma legislação criou um limite prudencial, definido como 95% do teto (ou 57% da RCL), acima do qual ficam vedadas criações de cargos, empregos ou funções, além de outras restrições.

Gráfico 6: Evolução do IFGF *Gastos com Pessoal*

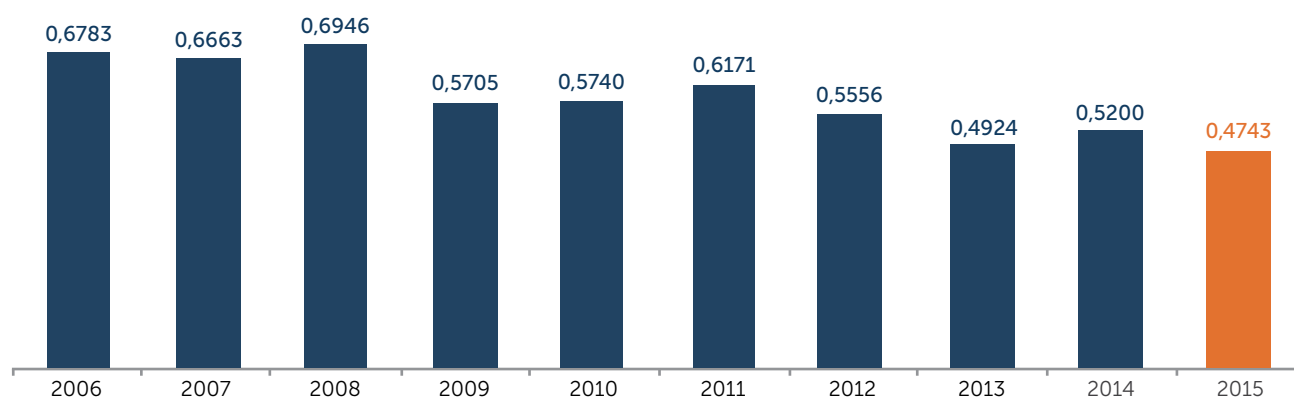
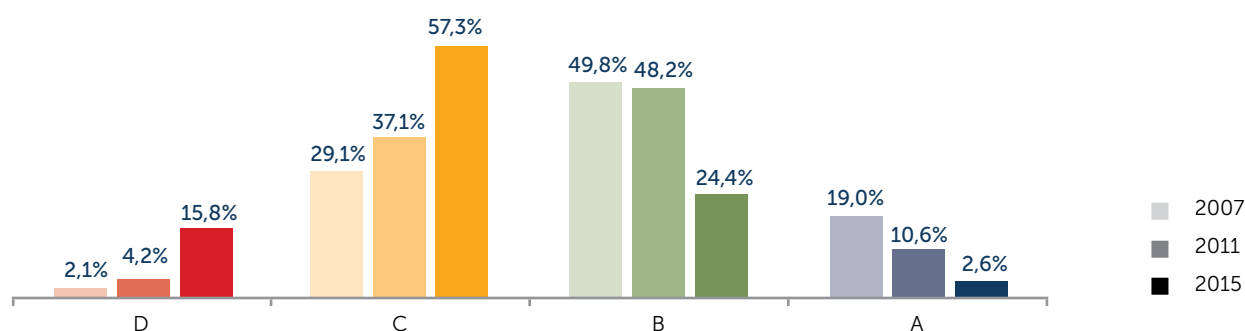


Gráfico 7: Distribuição dos municípios por conceito do IFGF *Gastos com Pessoal*



IFGF Investimentos

O indicador mede a parcela do orçamento dos municípios destinada aos investimentos.

Saneamento básico, escolas e hospitais de qualidade e ruas pavimentadas são exemplos de investimentos públicos municipais capazes de aumentar a produtividade do trabalhador e promover o bem-estar da população. No entanto, a elevação do comprometimento orçamentário com a folha de salários do funcionalismo público tem deixado cada vez menos espaço para os investimentos. Nesse ponto, vale ressaltar a importância das prefeituras: foram responsáveis por 45,0% de todo o investimento público feito no país em 2015.

No ano passado, todas as esferas de governo reduziram seus investimentos, que caíram a 1,5% do PIB, o menor nível desde o início da série com dados dos municípios, em 2006. Os resultados do *IFGF 2015* apontam que o corte dos investimentos foi intenso e generalizado: 3.043 (64,9%) cidades investiram menos do que em 2014. Com isso, o percentual médio investido pelas prefeituras brasileiras foi de apenas 9,0% da RCL, bem abaixo da média histórica de 11,1%. Dessa forma, o *IFGF Investimentos* recuou a 0,4278 pontos, o menor da série histórica. Ao todo, os municípios foram responsáveis pela queda de 15% dos investimentos públicos do país, tendo deixado de investir R\$ 11,4 bilhões.

Nos últimos 10 anos, cidades nunca investiram tão pouco.

Mais da metade (2.549, 54,4%) das prefeituras brasileiras não investiu sequer 8% de sua RCL e, portanto, ganhou conceito D no *IFGF Investimentos*. Apenas 10,9% das prefeituras (513) ficaram com conceito A, ou seja, destinaram mais de 16% de sua RCL à execução de investimentos. Esse percentual é a metade do observado em 2011. Nesse grupo, vale destacar as únicas capitais que pelo segundo ano seguido mantiveram-se nesse grupo: Rio de Janeiro (RJ) e Boa Vista (RR).

Nas faixas intermediárias, cada vez mais se reduz o número de municípios com conceitos C e B. Em 2015, 23,1% dos municípios (1.084) ficaram com conceito C, enquanto 11,6% (542) obtiveram conceito B. Os gráficos abaixo ilustram bem a redução do número de municípios das faixas A, B e C e o aumento expressivo de municípios com conceito D no *IFGF Investimentos*.

Gráfico 8: Evolução do *IFGF Investimentos*

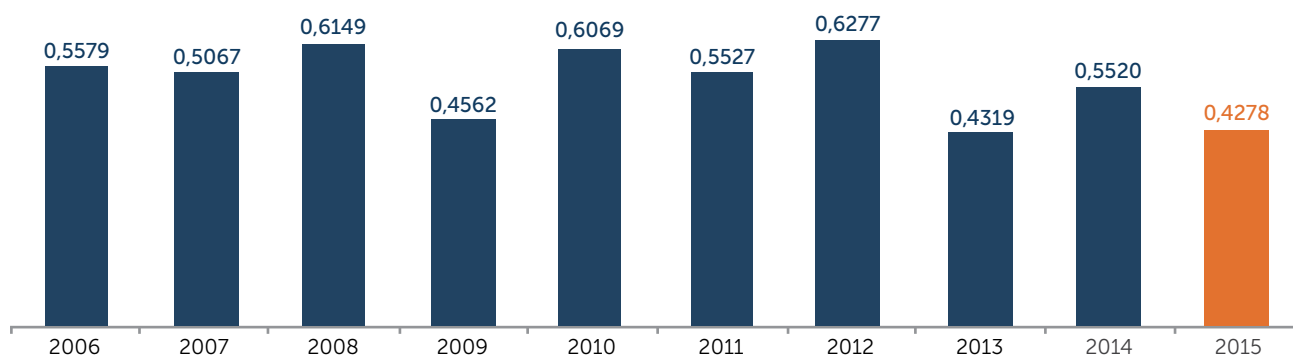
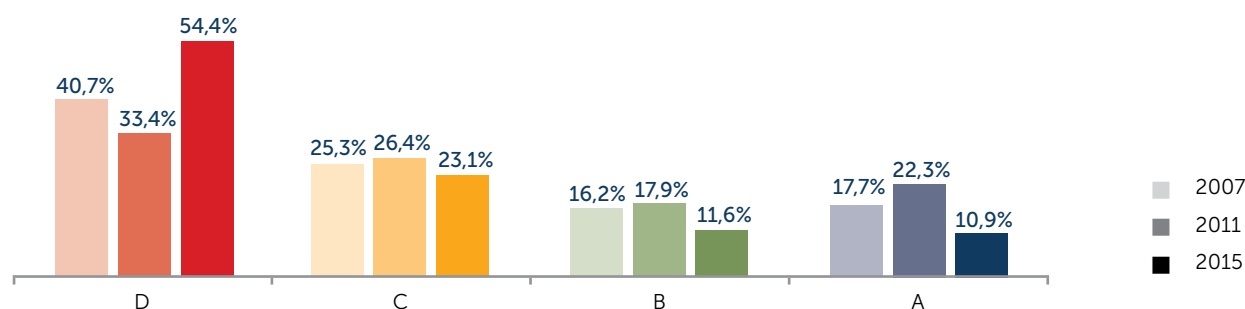


Gráfico 9: Distribuição dos municípios por conceito do *IFGF Investimentos*



IFGF Custo da Dívida

Avalia o comprometimento das Receitas Líquidas Reais com o pagamento de juros e amortizações de empréstimos contraídos em anos anteriores.

A maioria das prefeituras brasileira não possui acesso ao mercado de crédito, fazendo com que a dificuldade com o pagamento de juros e amortizações fique concentrada em pouquíssimos municípios, especialmente os maiores. Em 2015, 3.779 municípios sequer declararam possuir Dívida Consolidada Líquida. Contudo, apesar de serem poucas as prefeituras endividadas, elas são as mais populosas, concentrando 60% da população nacional. De fato, a população média dos municípios que possuem Dívida Consolidada Líquida é de 64 mil habitantes, mais que o triplo da média dos municípios que não declararam possuir dívidas.

Tão importante quanto o tamanho da dívida é saber a fatia do orçamento comprometida com o pagamento de juros e amortização. Ou seja, além do tamanho da dívida, os encargos resultantes precisam ser monitorados. Assim como as despesas com pessoal, esses encargos apresentam rígidas obrigações contratuais, o que os torna um fator de engessamento do orçamento. Para se ter uma ideia, apenas 16 dos municípios analisados têm dívida acima do limite 120% da RCL¹⁰ imposto pela Resolução do Senado Federal nº 40/2001. No entanto, eles gastam, em média, apenas 3,0% da RLR com juros e amortização da dívida.

**Dívida com a União não é um problema para os municípios:
3.779 municípios sequer declararam possuir Dívida Consolidada Líquida.**

Em 2015, as prefeituras brasileiras continuaram bem avaliadas no *IFGF Custo da Dívida*, que apesar de ter apresentado leve recuo frente a 2014, manteve-se como o melhor dos indicadores acompanhados (0,8358 pontos). No *IFGF Custo da Dívida 2015*, 68,6% dos municípios analisados (3.214) receberam conceito A e 1.173 (25,0%) conceito B. Destoaram desses resultados 250 (5,3%) cidades avaliadas com conceito C e 51 (1,1%) com conceito D – isso significa que apenas 6,4% dos municípios brasileiros apresentaram alguma dificuldade com o pagamento de juros e amortizações. Nesse grupo chamaram a atenção as capitais São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG) e Maceió (AL). Os gráficos abaixo mostram a evolução dos resultados do *IFGF Custo da Dívida*.

Vale destacar que, para os próximos anos, diversos municípios terão um alívio quanto ao pagamento de juros e amortização das dívidas por conta da Lei Complementar no 148/2014, que autorizou a renegociação das dívidas dos municípios com a União sob novas condições de refinanciamento¹¹.

¹⁰ Itapé (BA), São Paulo (SP), Campinorte (GO), Planalto (BA), Nazaré da Mata (PE), Una (BA), Várzea Alegre (CE), Campos Verdes (GO), Ipororó (BA), Santa Luzia (BA), Bela Vista de Goiás (GO), Aurelino Leal (BA), Pilar (AL), Montes Claros de Goiás (GO), Barreiros (PE), Coremas (PB).

¹¹ Em vez do IGP-DI acrescido de juros de 9% ao ano, a dívida passou a ser gerida pelo IPCA acrescido de juros de 4% ao ano, limitados à variação da taxa básica de juros (Selic).

Gráfico 10: Evolução do *IFGF Custo da Dívida*

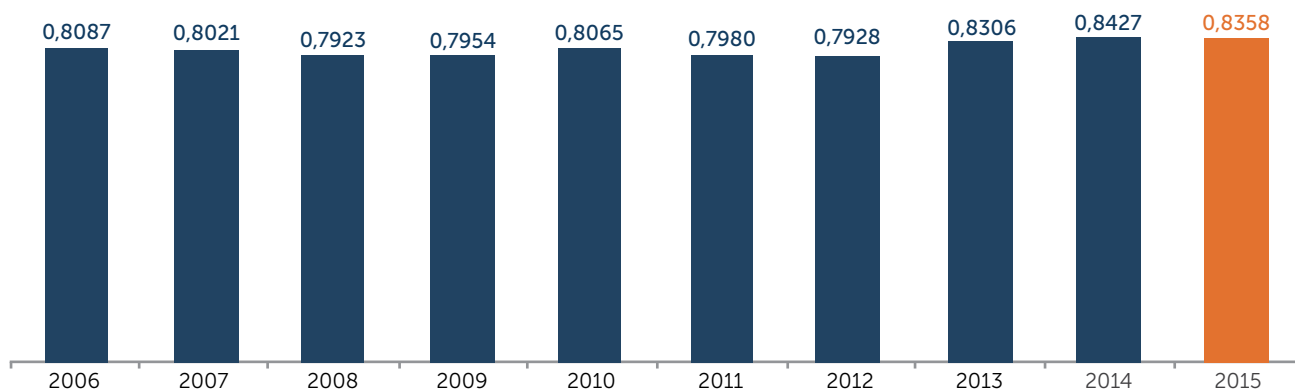
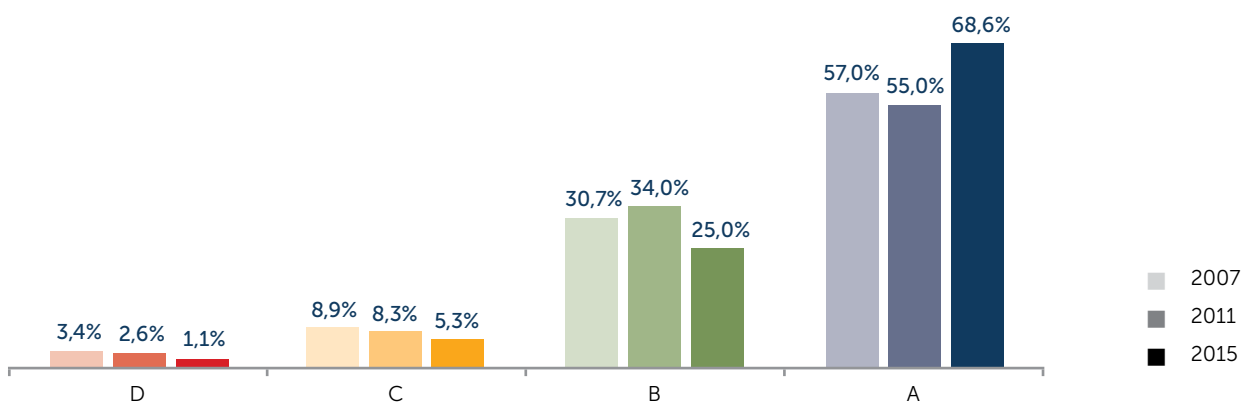


Gráfico 11: Distribuição dos municípios por conceito do *IFGF Custo da Dívida*



IFGF Liquidez

O indicador verifica a relação entre o total de restos a pagar acumulados no ano e os ativos financeiros disponíveis para cobri-los no exercício seguinte. Ou seja, se as prefeituras estão postergando pagamentos de despesas para o exercício seguinte sem a devida cobertura.

Ao longo dos últimos anos, diante do maior comprometimento do orçamento com despesas obrigatórias, o artifício da postergação das despesas via restos a pagar institucionalizou-se como uma fonte de financiamento das despesas, não só para os municípios, mas também para os estados e o governo federal. Diante desse quadro, é importante distinguir os municípios onde a postergação de despesas é resultado do desequilíbrio orçamentário daqueles onde este mecanismo está sendo usado de forma planejada. Na prática, significa verificar se os municípios estão deixando recursos em caixa para cobrir as despesas postergadas para o exercício seguinte. Ao medir a suficiência de caixa das prefeituras brasileiras, levando em conta o tamanho de seu orçamento, o *IFGF Liquidez* permite elucidar essa questão.

Os dados revelam que cada vez mais as prefeituras têm utilizado o artifício de postergação de despesas via restos a pagar. Desde 2008, o nível de comprometimento do caixa das prefeituras com os restos a pagar do exercício anterior vem evoluindo significativamente. Em 2015, em média, as prefeituras viraram o ano com 57,6% do caixa comprometido com despesas do exercício anterior, praticamente o dobro do observado em 2007 (30,4%).

Recorde negativo: 1.450 prefeituras brasileiras (30,9%) encerraram 2015 com o caixa totalmente comprometido com restos a pagar

Em 2015, o *IFGF Liquidez* atingiu 0,4429 pontos, o menor nível desde 2006. A proporção de cidades com conceito D alcançou 30,9% em 2015, o pior resultado em nove anos. Isso significa que 1.450 cidades encerraram 2015 no vermelho e, por isso, receberam nota zero no *IFGF Liquidez*¹² – dentre elas, seis são capitais: Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Campo Grande (MS), Florianópolis (SC), Goiânia (GO) e Teresina (PI). Além disso, 38,0% das prefeituras (1.783) ficaram com conceito C. Consequentemente, o percentual de prefeituras bem avaliadas neste indicador recuou: foram 31,0% cidades com conceitos A ou B, o menor percentual desde 2007. Os gráficos abaixo mostram a evolução do *IFGF Liquidez*.

Gráfico 12: Evolução do *IFGF Liquidez*

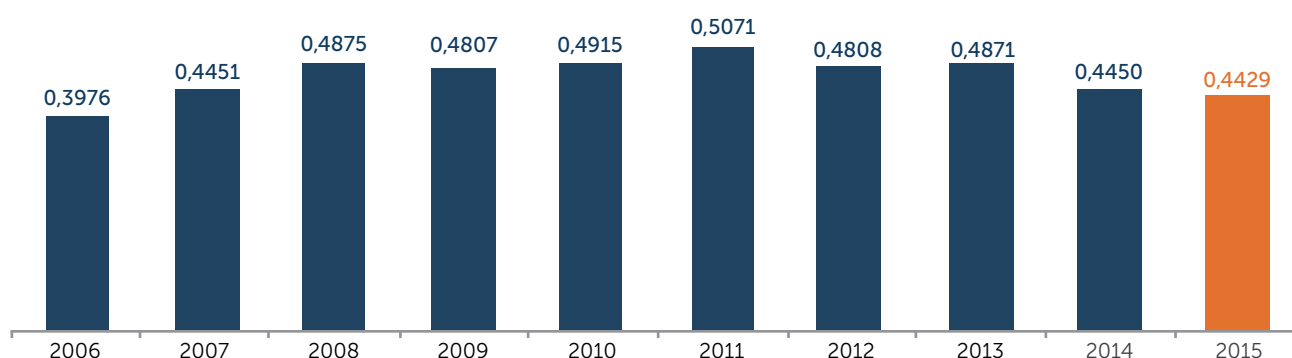
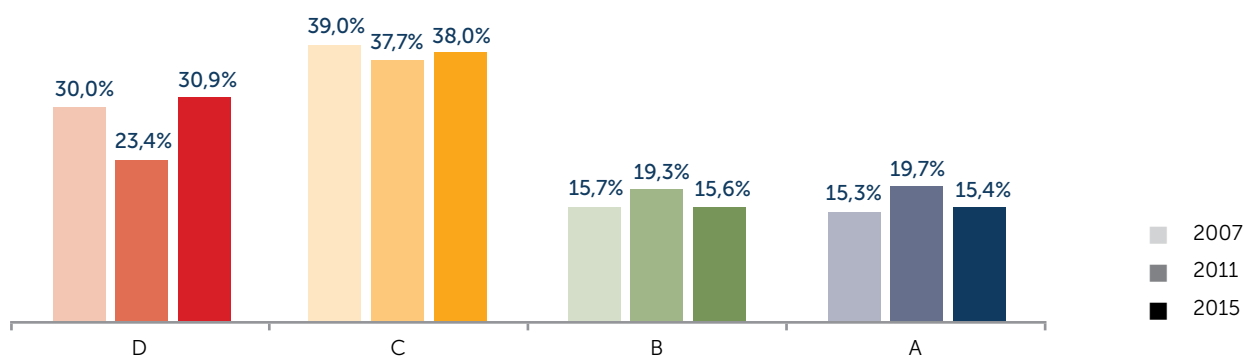


Gráfico 13: Distribuição dos municípios por conceito do *IFGF Liquidez*

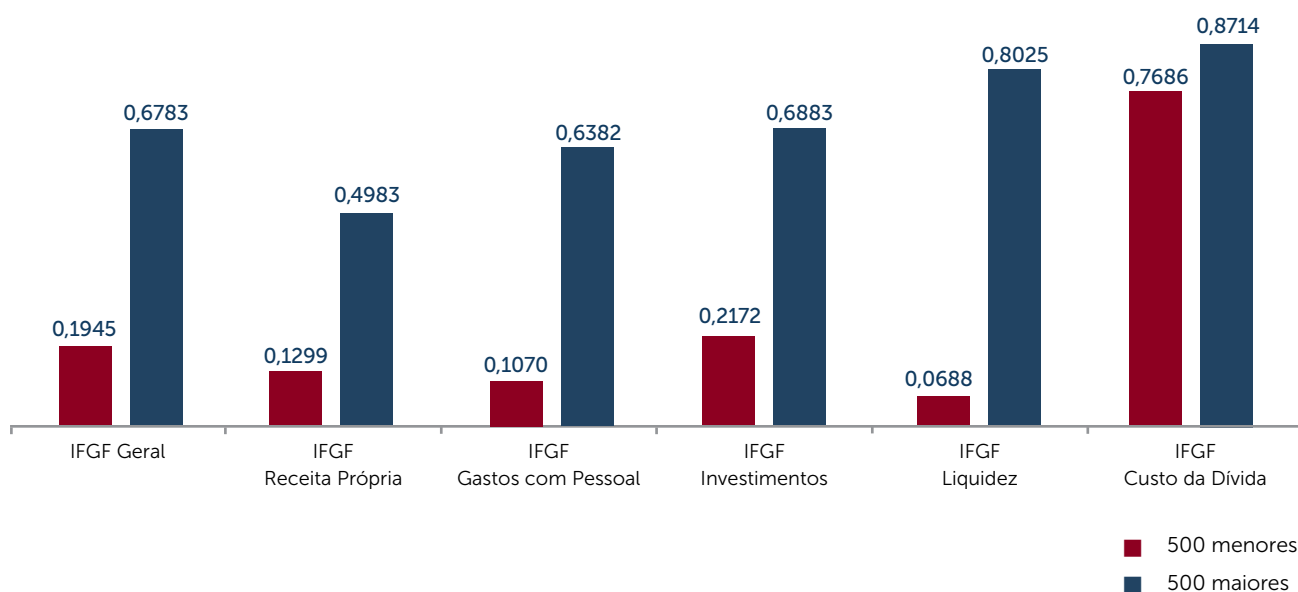


¹² Para o cálculo do índice, convencionou-se que caso o município apresente mais restos a pagar do que disponibilidades em caixa sua pontuação será zero. Apesar de essa condição ser mandatária apenas em anos de transição de governo (art. 42 da LRF), iniciar um ano com mais dívidas com fornecedores do que recursos em caixa é um problema que afeta a gerência financeira e a credibilidade do município. Na leitura dos resultados, quanto mais próximo de 1,00, menos o município está postergando pagamentos para o exercício seguinte sem a devida cobertura.

MAIORES E MENORES

No ano em que as finanças municipais atingiram a pior situação em 10 anos, alcançar uma boa colocação no ranking geral exigiu das prefeituras uma boa disciplina fiscal, traduzida em um planejamento financeiro eficiente e um histórico de baixo comprometimento do orçamento com despesas rígidas (especialmente pessoal). O gráfico abaixo mostra que há um verdadeiro abismo entre os 500 municípios em melhor situação fiscal e os 500 em pior situação.

Gráfico 14: Pontuação média do IFGF e seus indicadores de gestão fiscal



Com a atividade econômica em forte queda, a arrecadação da União e dos estados freou. Como fruto disso, a redução das transferências – principal fonte de recursos municipais – afetou a programação orçamentária de grande parte das prefeituras brasileiras, que se viram obrigadas a postergar despesas para o ano seguinte, já comprometendo as receitas de 2016. Com isso, o *IFGF Liquidez* foi a vertente que mais contribuiu para separar o joio do trigo em termos de gestão fiscal. De fato, enquanto 425 dos 500 últimos colocados receberam nota zero no *IFGF Liquidez*, entre os 500 primeiros houve apenas seis cidades nessa situação. Da mesma forma, enquanto no Top 500 do IFGF 195 prefeituras apresentaram nota máxima no *IFGF Liquidez*, não houve sequer um registro dessa pontuação entre os 500 menores.

A forma como os municípios alocaram seus recursos entre despesas correntes e investimentos também foi fator determinante para que se situassem no topo ou no final do ranking de gestão fiscal. Entre as 500 cidades mais bem avaliadas, o percentual médio dispendido com a folha de pagamentos do funcionalismo público foi de 48% da RCL, em contraste com os 65% observados entre os 500 últimos colocados.

Naturalmente, a maior rigidez do orçamento decorrente do elevado compromisso com a folha de pagamentos limita os investimentos em melhorias para os cidadãos. Prova disso é que os 500 municípios mais bem colocados investiram, em média, 15% de suas receitas, ao passo que as cidades do extremo oposto do ranking investiram apenas um quarto disso (4%). Com isso, enquanto 312 prefeituras do primeiro grupo receberam conceitos A ou B no *IFGF Investimentos*, no segundo, apenas sete cidades superaram os 0,6 pontos.

Por fim, o baixo nível do indicador de receita própria nos dois grupos mostra que a dependência das transferências estaduais e federais é uma deficiência inclusive de muitos municípios do *Top 500*, ainda que em menor intensidade. Mesmo nesse grupo, quase metade das cidades (219) apresentou nível crítico no *IFGF Receita Própria* (pontuação inferior a 0,4 pontos). Já os juros e amortizações são problema para poucos municípios, especificamente para os grandes.

Sob a ótica regional, a análise comparativa entre os maiores e os menores IFGFs não deixa dúvidas de que as fortes desigualdades econômicas e sociais brasileiras estendem-se à gestão fiscal. No mapa georreferenciado ao lado, as áreas em **vermelho** (conceito D) representam os 500 piores municípios do país no que diz respeito à situação fiscal e as áreas em **azul** (conceito A) e **verde** (conceito B) os 500 melhores.

Nitidamente, os municípios da parte de baixo do ranking estão concentrados na região Nordeste, que responde por 384 (76,8%) dos pontos vermelhos no mapa. O Sudeste aparece em um distante segundo lugar, com 75 (15,0%) representantes, seguido pela região Norte com 25 (5,0%), pelo Sul com nove (1,8%) e pelo Centro-Oeste com sete (1,4%). Por outro lado, entre os municípios com as notas mais altas, 227 (45,4%) estão no Sul, 139 (27,8%) no Sudeste, 74 (14,8%) no Centro-Oeste, 35 (7,0%) no Nordeste e 25 (5,0%) no Norte.

Mapa. Distribuição geográfica dos 500 maiores e 500 menores resultados do IFGF 2015



CAPITAIS

Em 2015, as capitais concentraram 22,7% da população brasileira (45 milhões de pessoas) e administraram 27,1% dos recursos em posse das prefeituras. Diferentemente dos demais municípios, onde em muitos casos sequer há estrutura contábil adequada para a gestão fiscal, as capitais contam com maior acesso às ferramentas necessárias a uma administração eficiente. No entanto, têm o desafio de prover bens e serviços para um número mais elevado de pessoas.

A situação das contas públicas das capitais também é a pior dos últimos 10 anos, com o *IFGF Gastos com Pessoal*, o *IFGF Liquidez* e o *IFGF Investimentos* atingindo o nível mais baixo da série histórica iniciada em 2006. O diagnóstico das capitais é semelhante ao dos demais municípios. A queda das receitas correntes confrontou-se com a elevada rigidez dos orçamentos com gastos de pessoal. Com isso, as capitais aumentaram o comprometimento da RCL com a folha de pagamento, e, em 2015, esse percentual chegou a 51,3%, em média. Em 2007, era bem menor: 47,1%.

Diante disso, houve corte maciço dos investimentos e postergação de despesas via restos a pagar, exatamente como tem ocorrido com os estados e com o governo federal. Na média, as capitais investiram apenas 7,5% da RCL em 2015, frente a 9,1% no ano anterior. Por sua vez, os restos a pagar comprometeram 72% do caixa, percentual superior ao de 2014 (56%). Nunca antes se observou nível tão baixo de investimentos e tão elevado volume de restos a pagar entre as capitais brasileiras.

Ainda assim, a situação fiscal das capitais é melhor que a dos demais municípios. Enquanto o IFGF Brasil apresentou queda de 7,5% na comparação com 2014, o IFGF médio das capitais recuou 4,5%; em nível, ficou 37,3% superior ao nacional: 0,6083 contra 0,4432 pontos. Dessa forma, 2015 foi o ano com o maior número de capitais entre os 100 melhores resultados do país – seis figuraram nesse ranking. Não obstante, nenhuma capital apresentou excelência na gestão fiscal (conceito A no IFGF). Além disso, registraram gestão fiscal difícil (conceito C no IFGF), o maior número da série histórica.

As 1ª e 2ª colocações do ranking das capitais ficaram com **Rio de Janeiro (RJ)** e **Rio Branco (AC)**, respectivamente. Os dois municípios comprometeram pouco do orçamento com gastos rígidos e destinaram boa parcela da receita para investimentos. Por isso, foram os únicos a combinar baixo nível de gasto com pessoal (conceito B no indicador) e alto nível de investimentos (conceito A).

A capital fluminense se mantém no topo desde 2013. Além de alta capacidade de geração de receita própria (nota máxima neste indicador por gerar mais de 50% das suas receitas), nos últimos cinco anos os investimentos da cidade ficaram acima de 20% da RCL, conferindo-lhe conceito A neste indicador. Em 2015, a capital fluminense investiu o equivalente a 25,7% da RCL, resultado explicado pelas obras de infraestrutura necessárias para sediar os Jogos Olímpicos. Nos últimos anos, o município também reduziu seus gastos com juros e amortizações, atingindo em 2015 o melhor resultado no *IFGF Custo da Dívida* desde 2006. Apesar da primeira colocação, a nota do município no IFGF geral atingiu o menor patamar em cinco anos, direcionada pela piora do *IFGF Gastos com Pessoal* e do *IFGF Liquidez* frente ao ano anterior.

Salvador (BA), **Boa Vista (RR)**, **Fortaleza (CE)** e **São Paulo (SP)** completaram o grupo de capitais que ficou entre os 100 maiores IFGFs do Brasil. Apesar do baixo nível de investimento, Salvador apresentou nota máxima no *IFGF Receita Própria* e no *IFGF Liquidez* e subiu para a 3ª posição no ranking das capitais. Na 4ª posição, Boa Vista combinou alto nível de investimentos, mantendo baixo custo com juros e amortizações e boa liquidez, com isso ficou com conceito A nesses três indicadores, com destaque para as notas máximas

no *IFGF Investimentos* e no *IFGF Liquidez*. Por sua vez, Fortaleza ficou com a 5ª posição, graças ao aumento da arrecadação própria.

Na 6ª colocação, São Paulo apresentou avanço de 3,4% no IFGF geral em relação a 2014. Única capital a apresentar conceito A no *IFGF Gasto com Pessoal*, o gasto com funcionalismo público na cidade São Paulo representou 33,7% da Receita Corrente Líquida em 2015, contra 51,3% da média das capitais. Além disso, vale destacar o avanço no *IFGF Custo da Dívida*, cuja nota praticamente triplicou. Esse salto é explicado pela mudança do indexador da dívida de estados e municípios, que proporcionou à prefeitura de São Paulo forte redução do gasto com juros e amortizações. Contudo, a Dívida Consolidada Líquida da capital atingiu 185% da Receita Corrente Líquida em 2015, bem acima do limite de 120% determinado pela Resolução do Senado Federal nº 40/2001. No que tange ao nível de investimento, São Paulo investiu em 2015 mais que a média das capitais (10,4% da RCL contra 7,5%). Apesar disso, esse é o menor nível registrado para a cidade desde 2011. Por fim, o *IFGF Liquidez* do município atingiu o menor valor da série histórica (0,5769).

Em 2015, seis capitais apresentaram problema de liquidez e receberam nota zero nesse indicador por encerrarem o ano com mais restos a pagar do que recursos em caixa: **Florianópolis (SC)**, **Goiânia (GO)**, **Belém (PA)**, **Teresina (PI)**, **Campo Grande (MS)** e **Belo Horizonte (MG)**. Nos cinco primeiros, a piora na liquidez veio acompanhada do alto comprometimento da receita com a folha de salários do funcionalismo público, que superou 50% da RCL. Destaque para Florianópolis que comprometeu 58,8% da sua receita com despesas de pessoal, percentual muito próximo ao limite legal de 60%. Já em Belo Horizonte, ao problema de liquidez somou-se o conceito C no *IFGF Investimentos* e no *IFGF Custo da Dívida*. Vale destacar que a capital mineira vem apresentando problema de liquidez há pelo menos dez anos.

Em relação às capitais do Sul do país, a penúltima colocada, Florianópolis, não foi a única a apresentar dificuldades com liquidez, **Curitiba (PR)** ficou com conceito C nesta vertente. Vale destacar que os baixos investimentos também impediram um melhor desempenho no IFGF geral de **Porto Alegre (RS)** e **Curitiba (PR)**, cidades que ocuparam posições intermediárias no ranking das capitais (11ª e 15ª, respectivamente).

Na comparação com a avaliação anterior, **São Luís (MA)** foi o maior destaque devido à expressiva melhora do IFGF: crescimento de 21,8%. No ranking, a capital saltou da 25ª para a 20ª posição. Além de aumentar a arrecadação própria, a capital conseguiu recuperar-se da crise de liquidez dos anos anteriores. **Cuiabá (MT)** também destacou-se no ranking das capitais ao pular da 20ª para 7ª colocação após crescer 15,3% frente a 2014, graças ao menor comprometimento do orçamento com gastos de pessoal e ao aumento dos investimentos.

As quedas mais expressivas entre as capitais ocorreram em **Macapá (AP)** (-33,5%), **Campo grande (MS)** (-29,0%) e **Belém (PA)** (-26,4%). Campo Grande e Belém estão entre as capitais que receberam nota zero no *IFGF Liquidez* por terminarem o ano de 2015 sem recursos suficientes para cobrir os restos a pagar deixados para o ano seguinte. Por sua vez, Macapá destacou-se negativamente pelo alto comprometimento da receita com a folha de pagamentos do funcionalismo público: 73,9% da RCL, percentual significativamente superior ao limite de 60% determinado na LRF.

Ranking Brasil	UF	Município	IFGF 2015		IFGF 2014		Var. 15/14	IFGF Geral	Receita Própria	Gastos com Pessoal	Investimentos	Liquidez	Custo da Dívida
Brasil			0,4432		0,4792		-7,5%	C	D	C	C	C	A
28º	RJ	Rio de Janeiro	1º	0,7908	1º	0,7986	-1,0%	B	A	B	A	C	B
38º	AC	Rio Branco	2º	0,7750	2º	0,7799	-0,6%	B	B	B	A	A	B
46º	BA	Salvador	3º	0,7659	4º	0,7185	6,6%	B	A	B	D	A	B
58º	RR	Boa Vista	4º	0,7507	3º	0,7752	-3,2%	B	D	C	A	A	A
74º	CE	Fortaleza	5º	0,7318	5º	0,7109	2,9%	B	A	B	C	B	A
100º	SP	São Paulo	6º	0,7207	6º	0,6967	3,4%	B	A	A	C	C	C
163º	MT	Cuiabá	7º	0,6863	20º	0,5954	15,3%	B	A	B	C	C	A
180º	ES	Vitória	8º	0,6820	11º	0,6759	0,9%	B	A	B	D	B	B
268º	SE	Aracaju	9º	0,6580	12º	0,6517	1,0%	B	B	C	D	A	A
307º	RO	Porto Velho	10º	0,6498	9º	0,6836	-4,9%	B	B	C	D	A	A
413º	RS	Porto Alegre	11º	0,6284	16º	0,6233	0,8%	B	A	C	D	B	B
427º	AM	Manaus	12º	0,6266	14º	0,6470	-3,2%	B	B	B	C	C	B
487º	PE	Recife	13º	0,6156	7º	0,6921	-11,1%	B	A	C	C	C	B
668º	TO	Palmas	14º	0,5921	10º	0,6768	-12,5%	C	B	C	D	B	A
684º	PR	Curitiba	15º	0,5903	23º	0,5202	13,5%	C	A	B	D	C	B
1.019º	MG	Belo Horizonte	16º	0,5550	17º	0,6210	-10,6%	C	A	B	C	D	C
1.052º	RN	Natal	17º	0,5524	19º	0,5971	-7,5%	C	A	C	D	C	B
1.070º	PB	João Pessoa	18º	0,5506	21º	0,5897	-6,6%	C	B	C	D	B	A
1.189º	AL	Maceió	19º	0,5391	22º	0,5873	-8,2%	C	B	C	D	B	C
1.308º	MA	São Luís	20º	0,5284	25º	0,4337	21,8%	C	B	C	D	C	B
1.653º	PI	Teresina	21º	0,4998	24º	0,5026	-0,6%	C	B	C	B	D	A
1.755º	MS	Campo Grande	22º	0,4911	8º	0,6912	-29,0%	C	A	C	C	D	A
1.817º	GO	Goiânia	23º	0,4861	26º	0,4227	15,0%	C	A	C	D	D	A
1.929º	PA	Belém	24º	0,4775	13º	0,6485	-26,4%	C	B	C	C	D	B
1.982º	SC	Florianópolis	25º	0,4737	15º	0,6273	-24,5%	C	A	C	C	D	B
3.014º	AP	Macapá	26º	0,3973	18º	0,5972	-33,5%	D	D	D	D	B	A
Média da capitais			0,6083		0,6371		-4,5%	B	A	C	C	C	B

Sistema
FIRJAN



INFORMA, FORMA, TRANSFORMA.

Acompanhe as redes sociais do Sistema FIRJAN:

